

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA (BR, PY, AR): A MICROMOBILIDADE FÍSICA UTILITÁRIA E COMPLEMENTAR

Margarete Frasson

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia. E-mail: marga.sti@hotmail.com

Márcio Mendes Rocha

Doutor em Geografia Humana – USP e Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá e Coordenador do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização NEMO. E-mail: mmrocha@uem.br

RESUMO: Este estudo é parte da pesquisa do Doutorado realizado na Universidade Estadual de Maringá, no Programa de Pós-Graduação em Geografia na linha de pesquisa “Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais”. As relações que ocorrem na Tríplice Fronteira, ao se estabelecerem entre cidades que pertencem a nações distintas, geram formas de mobilidade humana construídas pelas práticas diárias ao cruzar as fronteiras. São rotinas exercidas pelo fronteiriço, que vai se deparando constantemente com outras fronteiras criadas pela legislação em vigor no interior dos diferentes Estados Nacionais. Esta pesquisa objetiva averiguar como a política econômica global age sobre o lugar, e como as forças do capital nos lugares atuam sobre as pessoas e conduzem ao processo de mobilidade humana. Busca-se, neste trabalho, avaliar o impacto dessas políticas em alunos do Ensino Médio de 26 instituições de ensino da Tríplice Fronteira. A coleta de dados ocorre por meio de formulário autopreenchido, da foto-resposta à questão: “O que refletem as coisas da rua sobre a mobilidade humana cotidiana da vida social da Tríplice Fronteira?” e de pesquisa bibliográfica sobre a história e a geografia do lugar. Desse modo, observa-se que, nos diferentes lugares da Tríplice Fronteira, nem tudo está conectado, tampouco tudo está separado devido às diferentes funcionalidades do espaço. Essa realidade permite concluir que a mobilidade humana do fronteiriço consiste numa mobilidade forçada e exerce uma função de complementaridade às necessidades desse cidadão.

Palavras-chave: Micromobilidade física; Integração; Fronteira.

INTEGRATION POLICY IN THE TRIPLE FRONTIER (BR, PY, AR): PHYSICAL UTILITY AND COMPLEMENTARY MICROMOBILITY

ABSTRACT: This study is part of the PhD research carried out at the State University of Maringá, in the Postgraduate Program in Geography in the research line "Space Production and Territorial Dynamics". The relations that occur in the Triple Frontier that are settled between cities that belong to distinct Nations generate human mobility forms, constructed by the daily

practices when crossing the borders. These are routines exercised by the borderer, who is constantly encountering other frontiers created by the current legislation within the different National States. This study has the objective to ascertain how global economic policy acts on place, and how the capital forces in places act on people and lead to the human mobility process. This work aims to evaluate the impact of these policies on high school students from 26 Teaching Institutions in the Triple Border. The data collection takes place through an auto-fill form, from the photo-answer to the question: "What reflects the street things about the daily human mobility of the Triple Frontier social life? And a bibliographical research about the history and geography of the place. In this way, it is observed that in the different places of the Triple Frontier not everything is connected, nor everything is separated, due to the space different functionalities. This leads to the conclusion that the border human mobility is a forced mobility and has a complementary function to the needs of this citizen.

Keywords: Physical micromobility; Integration; Border.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo ocorre na área urbana das três cidades da Tríplice Fronteira, Ciudad del Este-Paraguai, Puerto Iguazú-Argentina e Foz do Iguaçu-Brasil. A coleta de dados se efetiva em 26 instituições de ensino públicas e privadas que atendem ao ensino médio, localizadas nessas cidades. Os dados coletados nos 1626¹ formulários autopreenchidos por alunos matriculados em cursos do ensino médio, e as composições imagéticas captadas na cotidianidade da vida social da rua dessas cidades, contextualizados na história e na geografia do espaço fronteiriço, permitiram estabelecer diálogo com pensadores, teórico-críticos, a fim de verificar como a política econômica global age sobre o lugar, e como as forças do capital nos lugares atuam sobre as pessoas e conduzem ao processo de mobilidade humana.

A participação dos sujeitos investigados, ao se tornarem integrantes da própria pesquisa, por meio de uma forma de pensar juntos (pesquisado & pesquisador), ao mesmo tempo em que esses sujeitos se encontram envolvidos na trama de relações fronteiriças, pode tornar o entendimento acerca da temática em estudo muito mais produtivo. Aumenta a possibilidade de a construção do conhecimento geográfico ocorrer de maneira viva e dinâmica, por situar-se de forma mais próxima da existência humana cotidiana.

¹Corresponde a população amostral do universo pesquisado.

Na Tríplice Fronteira, verifica-se, nos diferentes lugares, que nem tudo está conectado, tampouco tudo está separado devido às diferentes funcionalidades do espaço. A mobilidade humana ocorre, por essas funcionalidades, em função das relações internas e externas de caráter social, econômico, político e cultural que se consolidam entre os Estados Nacionais da Tríplice Fronteira (BR, PY e AR). Em decorrência desse processo, evidencia-se que as funcionalidades vão se alterando de acordo com as mudanças econômicas do local. Trata-se de uma dinâmica que promove os deslocamentos no espaço. De acordo com Rocha (1998), trata-se de deslocamentos horizontais e verticais em suas diferentes ordens de mobilidade humana (física, centrada no trabalho e social).

Fábio Régio Bento (2012), ao estudar a área fronteira das cidades de Riviera/Uruguai e Santana do Livramento/Brasil, caracteriza a integração entre estas cidades como integração utilitária, marcada pela negociação cotidiana permanente.

Dessa maneira, identifica-se, na região fronteira de Ciudad del Este-Paraguai, Puerto Iguazú-Argentina e Foz do Iguaçu-Brasil, em sua unidade de área urbana conurbada pelos diferentes territórios, a existência da mobilidade humana de integração utilitária marcada pela negociação cotidiana permanente, ou seja, a *micromobilidade física cotidiana permanente e complementar*— assim como mostram as imagens e os apontamentos dos alunos do ensino médio matriculados em instituições públicas e privadas dessa região fronteira.

2 O CRUZAMENTO DAS FRONTEIRAS E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO

Neste décimo sexto ano do século XXI podem ser percebidos, nas ruas do espaço urbano das três cidades fronteiriças (Figura 1), profundos e divergentes padrões comportamentais em seu cotidiano. Isso é devido às políticas públicas ligadas ao desenvolvimento e à integração para esse espaço, com investimentos de capital por parte do Estado aplicado em infraestrutura.

Figura 1: A Tríplice Fronteira (BR, PY e AR).

Fonte: Org. Os autores

A Região da Tríplice Fronteira se constitui em lugar de movimentos intensos e de fluxos transnacionais. Os territórios, representados pelas cidades de Ciudad del Este (Foto 1), Puerto Iguazú (Foto 2) e Foz do Iguaçu (Foto 3), embora vinculados a um mesmo sistema social e econômico, conurbados na mesma malha urbana (Figura 1), evidenciam um conjunto territorial complexo.

Essa complexidade pode ser deduzida das muitas inter-relações entre os três territórios, considerando que podem ser (i) relações de laços familiares, quando membros da mesma família residem em lados diferentes da fronteira; (ii) relações de convívio escolar, quando o aluno estuda e mora em países diferentes; (iii) relações comerciais entre fronteiriços; (iv) relações de busca por serviços médicos e odontológicos em cidade localizada em outro país; (v) relações de trabalho entre trabalhadores de nacionalidades diferentes; e mesmo (vi) relações entre pessoas que vivem

nos diferentes países, mas se encontram na prática religiosa. Enfim, trata-se de inúmeras inter-relações possíveis na interface da fronteira e que sinalizam uma integração regional.

O conjunto das três cidades, de acordo com os órgãos censitários, comporta quase um milhão de habitantes, conforme mostra a Tabela 1. Essa população convive com uma fronteira construída com base no poder soberano dos Estados nacionais, sob uma ótica integracionista construída sob a tendência para a redução das barreiras espaciais ao capital e a aceleração do processo produtivo, pois aqueles que conseguem se mover mais rapidamente pelas diversas fases da circulação do capital acumulam mais lucros.

Tabela 1 - População das Três Cidades da Tríplice Fronteira

Cidade	População	Censos	Estimativa 2014
Puerto Iguazú	80.000	INDEC/2010	82.227
Ciudad del Este	387.000	DGEEC/2011	387.538
Foz do Iguaçu	256.088	IBGE/2010	263.647
Total	723.088		733.412

Fonte: INDEC, 2010; DGEEC, 2011 e IBGE, 2010. Org. Os autores

O processo integracionista na Região da Tríplice Fronteira constituiu-se do topo para a base. Isso que significa que a população dessa região, que, na época em que se iniciou esse processo, ainda na década de 1970, não chegava nem a 80.000² pessoas nas três cidades, aumentou consideravelmente, conforme melhor se visualiza na Tabela 1. Esses fronteiriços não tiveram a oportunidade de se manifestar quanto a esse sistema de integração, ou seja, eles não foram consultados sobre as possibilidades e os limites dessa integração e, nesse caso, se haveria interesse e necessidade em romper com o paradigma construído historicamente de fragmentação/desunião e rivalidades a que estavam submetidos, por posições políticas dos Estados Nacionais.

Trata-se de uma experiência de integração distante das necessidades locais, pois foi uma integração tomada por decisão dos grupos hegemônicos dos três Estados que ocupavam o poder, em parceria com grupos hegemônicos mundiais dos países centrais. Nesse caso, tornam submissas as economias dos países periféricos. O Estado, nesse caso, constitui-se como “[...] o

² INDEC, DGEEC e IBGE

lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É um *lugar* e um *centro* de exercício do poder [...]” (POULANTZAS, 2000, p. 150, grifos do autor).

As conexões físicas entre essas cidades, em sua maior parte, são realizadas pela Ponte Tancredo Neves e pela Ponte Internacional da Amizade, espaço que se localizam as aduanas. O fronteiro vive em seu cotidiano um processo de múltiplas coações. Evidenciam-se, ao passar a fronteiras pressões que se exercem em diferentes níveis (Figura 2).

Figura 2: Aduanas da Tríplice Fronteira



Foto 4 Aduana do Brasil, acesso ao Paraguai



Foto 5 Aduana do Brasil, acesso à Argentina



Foto 6 Aduana Argentina entrada para Argentina



Foto 7 Aduana do Paraguai, acesso ao Brasil

Independentemente do processo de integração do espaço, a região aduaneira (Figura 2) se encontra presente em cada uma das fronteiras, exercendo seu papel na segurança nacional. Ela busca por selecionar o que sai e o que entra do e no país, e a forçar o cumprimento das leis do

espaço de saída e de chegada. De acordo com as Constituições Nacionais, trata-se do poder do Estado na proteção de sua coletividade, em um *Estado Democrático de Direito*.

Nesse sentido, esses espaços se constituem em lugares de travessia, mas também lugares de controle. Neles fica mais evidente o poder da lei nacional em vigor em cada uma das nações e em suas diferentes escalas. Cada Estado ao qual pertencem as três cidades é soberano. A soberania nacional pressupõe salvaguardar o domínio geopolítico do Estado Nação.

Na aduana argentina (Foto 6 da Figura 2), todo transeunte, ao aspirar passar a fronteira, necessita submeter-se a um processo de identificação. Há um controle tanto na entrada, quanto na saída de toda pessoa que se propõe a cruzar a fronteira. Nas aduanas brasileira na fronteira com a Argentina (Foto 5) e com o Paraguai (Foto 4), esse controle é menos expressivo, como também na fronteira do Paraguai com o Brasil (Foto 7), no entanto essa fragilidade do controle de fronteira gera insegurança ao próprio cidadão que nela transita. Por outro lado, quando ocorre o controle, a insegurança também se encontra presente, pois há casos em que a interpretação é feita pelo funcionário que naquele momento exerce o poder do Estado, cujo comportamento, por vezes, foge ao embasamento da lei — situação que deixa o cidadão vulnerável ao cruzar a fronteira.

Brasil e Argentina, pelo fato de fazerem parte do plano de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, plano ligado ao Pan-Americanismo, vivenciam o processo de industrialização, exportação e importação há mais tempo que o Paraguai³. Dessa forma, as duas nações participam da Organização Mundial Aduaneira (OMA)⁴.

Ao se constituírem em Estados partes do bloco econômico Mercosul, esses três países celebraram em 2015 (MERCOSUL, 2015) um Convênio de Cooperação, Intercâmbio de Informação, Consulta de Dados e Assistência Mútua entre as Administrações Aduaneiras.

³ Embora, de acordo com Galeano (1971), antes da Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai tenha sido industrializado. Era, entretanto, uma industrialização voltada ao mercado interno paraguaio.

⁴ A história da OMA teve início após a Segunda Guerra Mundial a partir do desejo dos países de retomada do comércio mundial. Criada em 1952, com 17 países, a organização possui atualmente 176 membros responsáveis por mais de 98% do comércio mundial. Sua missão é melhorar a eficácia e a eficiência das Aduanas em suas atividades de recolhimento de receitas, proteção ao consumidor, defesa do meio ambiente, combate ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro, entre tantas outras (MACEDO, 2016). Disponível em: <<http://www.pibernat.com.br/index>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

As aduanas (Figura 2), ao selecionarem o que entra e o que sai e ao forçarem o cumprimento das leis, defendem os interesses políticos, econômicos e ideológicos de cada Estado Nacional e do capital, principalmente do capital. E selecionam também a força de trabalho, pela permissão concedida ao migrante, para ingresso e permanência no país.

Para Uriarte (2009), o movimento da força de trabalho entre fronteiras pode ser considerado sob três pontos de vista: (i) trabalho como fator de produção que defende a livre circulação; (ii) trabalho como direito da pessoa, onde o marco jurídico aplicável são os direitos humanos; (iii) trabalho sob o ponto de vista policial aduaneiro e que gira em torno de permissões de ingresso e de permanência no território nacional. Sob o aspecto jurídico, este último ponto de vista, se comparado aos demais, é considerado inferior, todavia, na prática existencial quanto ao movimento da força de trabalho, é a perspectiva aduaneira (Figura 2) que prevalece.

À vista disso, considera-se que a presença das aduanas no espaço formado por uma única malha urbana, onde ocorre o processo de circulação do capital e da força de trabalho, é um empecilho à liberdade do homem. Trata-se de uma estratégia utilizada pelo capitalismo com a participação do Estado como forma de fazer circular o capital sem grandes obstáculos, e selecionar a força de trabalho que entra no país — força de trabalho necessária à própria valorização do capital.

De acordo com Harvey, “O capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. Os capitalistas — aqueles que põem esse processo em movimento — assumem identidades muito diferentes” (HARVEY, 2005, p. 41), como financistas, comerciantes, proprietários, rentistas e até mesmo o Estado.

Evidencia-se, nesse caso, que a Tríplice Fronteira passa a ser um lugar que os capitalistas, em suas diferentes identidades, escolheram para reinvestirem na expansão do capital, motivados pelas leis coercitivas da concorrência, pois o capitalista necessita proteger o capital e ampliar sua participação no mercado para permanecer como um capitalista.

Aos cidadãos fronteiriços (paraguaio, argentino e brasileiro) que vivem nessas cidades, cabe-lhes conviver com três espaços diferentes de segurança e de controle nacional (Figuras 2 e 3). O controle exercido nas fronteiras estabelece analogias entre *nós* e *elas*. Essa experiência enfatiza a cultura política de relações internacionais entre as três cidades. Evidencia a “[...] *democracia e cidadania* pressupostos imprescindíveis na legitimação e governabilidade de cada

Estado Nacional, com os compromissos assumidos perante seus cidadãos (Constituições, Legislações e todo o aparato jurídico)" (PATARRA; SILVA; GUEDES, 2004, p. 254).

No espaço da fronteira tríplice, há uma população cuja identidade e cidadania foi construída em territórios distantes dali. Sendo o território vinculado ao sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, o migrante é o sujeito que passa a fronteira na Tríplice Fronteira pode apresentar um sentimento de não pertencer àquele espaço.

Figura 3 - Controle na Fronteira



Foto 8 Forças Armadas (BR, PY e AR)
Fonte: <<http://folhamilitaronline.com.br>>.



Foto 9 Polícia Rodoviária Federal – BR 277 entre Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu

Fonte: Acervo próprio dos autores eFolhamilitaronline

A Foto 8 representa ou apresenta (torna presente) a integração fronteiriça. Morar na fronteira e observar essa imagem, ela traz certo desconforto. A farda que representa as forças armadas pertencentes a diferentes países que fazem fronteira desentoa de uma cena comum ao se apresentarem lado a lado. Quando a imagem evidencia vários fardamentos, essa imagem traz à lembrança as diferentes autoridades, em momentos contraditórios e conflitivos.

Nesse caso, não é o cidadão fronteiriço ali presente, mas, sim, a paisagem militarizada pelas forças armadas, num processo histórico de rivalidades entre nações. Segundo Foucher (2010, p. 11), “Paisagens militarizadas Foto 8 (Figura 3) surgem onde a distinção entre as práticas de segurança externa e as de segurança interna é imprecisa”.

Os veículos (Foto 9da Figura 3), enfileirados em um pátio da Polícia Federal, atestam a existência, de acordo com um agente da Polícia Rodoviária Federal, que houve acidente com morte, práticas ilícitas, envolvimento com o crime, enfim, que houve implicações em atividade a que, segundo as leis nacionais, seu proprietário ou condutor responde na Justiça por prática de mobilidade em dissonância com a lei. Trata-se de um registro que demonstra a prática de controle fronteiro nas ruas de Foz do Iguaçu. Assim, a imagem, disposta em seu contexto de fronteira, induz que ela pode também representar o que se pode chamar

[...] de ‘lumpenização’⁵ da nossa sociedade. Há uma lumpenização dos setores mais pobres, sobretudo nas periferias das cidades, e há também a lumpenização da classe dominante: um grande setor da burguesia [...] deixou de acumular dinheiro na produção, na exploração do trabalho, e passou a dedicar-se a negócios ilícitos. (STEDILE, 2000, p. 28).

Observa-se, nos últimos tempos, que a política, em muitos partidos nos países da América Latina, é sustentada por negócios ilícitos. Os cidadãos (trabalhadores) latino-americanos estão submetidos a uma legislação elaborada e executada por pessoas mantidas por negócios ilícitos e que defendem esses interesses. Governo como o de esquerda, que esteve no poder no Brasil, acaba sendo rejeitado por investir no combate a essa categoria de negócios. Foi esse governo que mais equipou a Polícia Federal e deu-lhe autonomia de ação.

Analisando-se a mobilidade a partir da base do trabalho, da residência, das trocas materiais, na Tríplice Fronteira ela é marcada: (i) inicialmente (1870/1970) pelo estabelecimento dos limites entre os territórios dos três países e o processo de ocupação dessas áreas se dá por fluxos migratórios em escala nacional e internacional, uma mobilidade física horizontal, marcada por um perfil histórico geográfico. A Região passou pelo ciclo da extração da madeira e da erva-mate endêmica, e da produção da agricultura de *sobrevivência*⁶, cunhada pela pequena

⁵ O termo "lumpenização" se refere à ampliação do setor social classificado por Marx como lumpen, que existiria em todas as classes sociais. Ele atribuiu aos lumpens características do setor social miserável, que não vive do trabalho, mas do oportunismo social e de negócios ilícitos.

⁶ Mais comum seria utilizar o termo "subsistência", mas, de acordo com Bernardino (informação verbal, 2017), significa "abaixo da existência", sendo que é ideologicamente conveniente para a produção capitalista que deseja se livrar das "pequenas economias", que se apresentam de certa forma "inviáveis" ao processo de acumulação do capital.

propriedade; (ii) posteriormente (1970/1990), pela construção de Itaipu, que promoveu uma mobilidade horizontal, centrada no trabalho, cujas características se encontram vinculadas à qualificação dos indivíduos, ao seu *status* profissional. Nesse caso, trata-se de uma força de trabalho entendida como mercadoria que se desloca em função da dinâmica do mercado; (iii) nasequência (1980/1995), a mobilidade humana internacional se dá pela mobilidade do capital vindo dos Estados Unidos da América, de países europeus e de asiáticos, na política econômica desenvolvida por Alfredo Stroessner da “Marcha para o Leste”, em território paraguaio. Nessa política há o deslocamento também de brasileiros agricultores ao Paraguai, na então política econômica desenvolvida em território paraguaio na “Marcha para Oeste”. Após 1995, a região se organiza para a prática do turismo de lazer e de compras.

Esses ciclos econômicos influenciaram as atividades sociais e econômicas das demais cidades, como a extração e o cultivo da erva-mate, que também ocorria tanto no Paraguai quanto na Argentina. A construção de Itaipu foi também vivida pelo Paraguai. O turismo de lazer e de compras conta com atrativos nas três cidades.

Nesse sentido, quanto ao eixo integrador *turismo de passeio e de compras*, as administrações das três cidades têm se unido em um planejamento conjunto, com apoio de agências multilaterais. Trata-se de preparar o espaço para o turismo visando que o visitante permaneça mais tempo na cidade em função de novos atrativos. O capital ali investido busca, de certa forma, dar visibilidade, aos olhos do turista, *ao belo*, ocultando e até mesmo removendo elementos do espaço que possam mostrar a realidade ali existente, como a região costeira aos rios Iguazu e Paraná, que estão sendo revitalizadas e projetadas para investimentos turísticos, ocupando o espaço que era rota para passagem de mercadorias de forma ilegal.

Em função disso, começa-se a perceber em CiudadDel Este a remoção das barracas de vendedores de rua que eram cobertas por lonas e a construção de quiosques padronizados. Em Iguazú, investimentos estão sendo feitos em restaurantes e hotéis, principalmente na área *costanera*. Ocorrem reformas no Marco das Três Fronteiras dos três lados dos limites internacionais e há também a revitalização da Ponte da Amizade. Acredita-se que esses investimentos possam provocar nova etapa de mobilidade humana para a Tríplice Fronteira.

As metamorfoses pelas quais passa a exploração econômica do espaço da Tríplice Fronteira exigem força de trabalho cada vez mais qualificada. Se, na época da extração da

madeira ou da erva-mate, o trabalhador podia exercer suas atividades com pouca ou nenhuma escolaridade, atualmente, com o turismo de passeio e de compras, vai exigir uma qualificação maior, com formação e domínio de idiomas. No Paraguai, como a atividade principal é o comércio, a formação em nível médio se encontra voltada para atividades utilizadas na prática do comércio. Então a formação secundária se encontra constituída com ênfase em Ciências Sociais, Administração, Informática, entre outras. No Brasil, como a economia envolve o turismo, então se mantém em nível superior, em universidade pública e em faculdades particulares, a formação para essa área. Na Argentina, com a ausência de universidade pública e com uma população com poder aquisitivo limitado, os cursos de educação secundária se encontram, em sua maioria, voltados ao turismo.

Harvey se utiliza da ironia ao se referir às mudanças no espaço promovidas pelo capital: “Se, como Marx certa vez afirmou, nossa tarefa não é tanto compreender o mundo como transformá-lo, então, tem de ser dito, o capitalismo tem feito um bom trabalho em seguir seu conselho” (HARVEY, 2011, p. 101).

Quando o capital se mobiliza para esse espaço, promove o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas e assim ocorre um acréscimo populacional, conforme mostram os dados da Tabela 2, sobre o acréscimo de população em Foz do Iguaçu.

Tabela 2 - Acréscimo Populacional em Função dos Ciclos Econômicos em Foz do Iguaçu

Período	Ciclo Econômico	Acréscimo Populacional ⁷
1870/1970	Extração da Madeira e Cultivo da Erva-Mate e Agricultura de Subsistência	33.000
1970 / 1980	Construção da Usina de Itaipu	102.000
1980 / 1995	Exportação e Turismo de Compras e Itaipu	75.000
1995 / 2008	Comércio, Eventos, Turismode lazer e de Compras	51.000

Fonte: Adaptado de Kleinschmitt, Azevedo e Cardin, 2013. Org. Os autores

⁷Números aproximados.

O acréscimo populacional identificado pelos ciclos econômicos em Foz do Iguaçu, como sintetizado na Tabela 2, também ocorre em Ciudad del Este, principalmente com a implantação de políticas públicas pelo governo paraguaio como contrapartida para construir Itaipu e a formação de um centro comercial. Assim, quanto à Ciudad del Este, sob a égide do Estado paraguaio, sua população passou de 26.485 habitantes em 1972 para 223.350 habitantes em 2002 (RABOSI, 2004).

Segundo Cardin (2010), esse excessivo aumento da população deve-se: (i) ao desenvolvimento da rota internacional no Paraguai, (ii) à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e (iii) ao crescimento acentuado do comércio internacional na região. São pessoas que vieram de outros departamentos do Paraguai, de estados brasileiros, de países latino-americanos, dos Estados Unidos, e de países da Ásia e da Europa.

De acordo com Machado (2010), nessa região do Leste paraguaio há cerca de nove mil chineses e taiwaneses que se dedicam ao comércio. A mobilidade humana de chineses e de taiwaneses para o Paraguai deve-se aos inúmeros tratados acordados entre Paraguai e Taiwan: transporte aéreo, protocolo de facilitação comercial, convênio no setor agrícola, acordos de importação e exportação. Além disso, o Paraguai é um dos 26 países do mundo que possui relação diplomática e reconhece a autonomia da República da China (RC) — ou Taiwan — enquanto nação soberana. Não são apenas nacionais de outros países que se deslocam para este espaço, mas os próprios paraguaios de outras cidades e das cidades dos países vizinhos (Brasil e Argentina), que para esse espaço se dirigem.

A cidade de Puerto Iguazú, sob a legislação do Estado argentino, apresenta moderada imigração quando comparada à cidade de Foz do Iguaçu e à Ciudad del Este. Essa é uma característica que a distingue das demais. Mesmo assim, no entanto, ela apresenta um considerável aumento de população nos últimos 20 anos. De acordo com o INDEC — Censo Nacional de Población y Vivienda, em 1991 havia em Puerto Iguazú 57.623 habitantes e passa a 66.539, no ano de 2001, e a 82.227, no ano de 2011. Isso significa um acréscimo de 24.604 habitantes em 20 anos. A incorporação econômica regional adveio do comércio e do turismo. Sua manutenção econômica provém do turismo e de sua infraestrutura hoteleira e gastronômica.

Ao considerar o aumento populacional dos últimos 40 anos, a média de aumento a cada 20 anos para Foz do Iguaçu foi de 114.840 pessoas, para Ciudad del Este esse aumento foi de

98.432 e para Puerto Iguazú, de 24.604. Desse modo, ao apresentar, no início da segunda década do século XXI, uma população geral de 733.412 pessoas, isso significa que, nos últimos 20 anos, período em que se inicia o discurso de integração regional, somaram-se à Tríplice Fronteira 237.876 pessoas, aproximadamente.

O capitalismo exerce a sua ação sobre essa região e modifica a paisagem. Para ilustrar o que ocorreu nesse espaço pode ser utilizada uma paráfrase de Harvey, quando este explica a mudança na paisagem da Europa em função do processo capitalista. Assim, se houvesse um sobrevoo na região da Tríplice Fronteira de 1870 a 1930, o que se veria na paisagem seriam apenas pequenos clarões na densa Mata Atlântica marcada pelos veios dos rios existentes nesse lugar. Após 1930 a 1970, ter-se-iam, sob a contemplação do olhar, pequenas clareiras com o cultivo de produtos para a sobrevivência, pastagens com a prática da pecuária rudimentar e alguns núcleos urbanos. Nesse contexto, a partir de 1980, a paisagem de uma visão aérea exibiria a Mata Atlântica concentrada nos Parques Nacionais do Iguaçu (BR) e o Parque Nacional de Iguazú (AR), com capões de mata isolados e distribuídos nas diversas propriedades. Com o passar dos anos, o sobrevoo iria registrando pequenas alterações até constituir-se esse espaço em um descampado praticamente na totalidade dos solos dessa região, com núcleos urbanos espraçando-se no espaço, cujos registros demarcariam o aumento de área ocupada pelas cidades.

3 A MICROMOBILIDADE FÍSICA PARA O COMÉRCIO E O CONSUMO

Para se poder entender o comércio e o consumo como agentes da mobilidade humana na Tríplice Fronteira, trata-se de perceber esse lugar como espaço articulado por relações cotidianas entre pessoas e lugares. A vivência integracionista se materializa no espaço urbano fronteiriço e gira em torno do eixo unificador, como já acima dito, *o turismo de passeio e de compras*.

A Figura 4 (Fotos 10, 11 e 12) exhibe a mobilidade humana entre as três cidades (Puerto Iguazú, Ciudad del Este e Foz do Iguaçu). Nesse espaço, há uma população flutuante que se transfere de um núcleo urbano a outro em função das atividades, especialmente das atividades comerciais.

Figura 4: Mobilidade para o Comércio e o Consumo

Foto 10 Trânsito no sentido Ponte da Amizade Foz do Iguaçu/Ciudad del Este



Foto 11 Caminhões no lado paraguaio à espera para passar ao Brasil



Foto 12 Estacionamento em um supermercado de Foz do Iguaçu

Fonte: Acervo próprio dos autores

A Figura 4 traz imagens do cotidiano dessa fronteira. Essas imagens podem representar diferentes formas de conexão e de mobilidade, tanto do capital, quanto humana, mas, pelo fato de essa região fazer parte de uma integração imposta, isto é, de haver sido construída por decisões políticas dos diferentes países em favor do capital hegemônico, constitui-se em integração e mobilidade forçadas. Observa-se que, entre esses lugares, a integração existente encontra-se ligada à dependência externa em relação a outros países. Neste sentido considera-se que, em relação à quantidade significativa dos produtos comercializados, poucos são produzidos na região.

As filas no trânsito em direção à Ponte Internacional da Amizade, no trajeto Foz do Iguaçu à Ciudad del Este (Foto 10), nesse horário (às 7:30 horas em Foz do Iguaçu), são formadas por lojistas, funcionários e compristas⁸ que, lado a lado, disputam a via para chegar ao seu destino. Nesse espaço há uma prévia de como se efetiva a integração no centro comercial de Ciudad del Este, bem como em relação aos demais espaços da Tríplice Fronteira — uma integração marcada pela tolerância-intolerável ou a intolerância-tolerável. Isso é expresso pela atitude dos motoristas. Nesse sentido, Santos evidencia que “A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si. É como se voltássemos a ser animais da selva [...]” (SANTOS M., 2008, p. 65).

Assim, nessa mobilidade física cotidiana no trânsito, em direção à Ponte da Amizade, cada qual quer levar mais vantagem na disputa por chegar primeiro. Essa disputa se dá por ocupar um espaço na fila cujo fluxo seja mais fluente. Transitar entre as filas para avançar é uma prática constante. Nesse sentido, Santos faz outra observação interessante e que auxilia a elucidar esse espaço: “O *outro*, seja ele empresa, instituição ou indivíduo, aparece como um obstáculo à realização dos fins de cada um e deve ser removido, por isso sendo considerado uma coisa” (SANTOS M., 2008, p. 60, grifo do autor).

Ao fazer parte desse coletivo, percebe-se como as pessoas se tratam como *coisa* que deve ser removida. Ao deixar os demais carros passarem à sua frente, o motorista que dirige um carro atrás do seu fica intolerante e buzina. Se você não deixa o indivíduo que está no carro ao lado do seu passar à sua frente, ele baixa o vidro e agradece sarcasticamente. São relações entre pessoas no trânsito que reproduzem as ações do mercado capitalista. Santos corrobora a noção de que, “[...] num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas” (SANTOS M., 2008, p. 57).

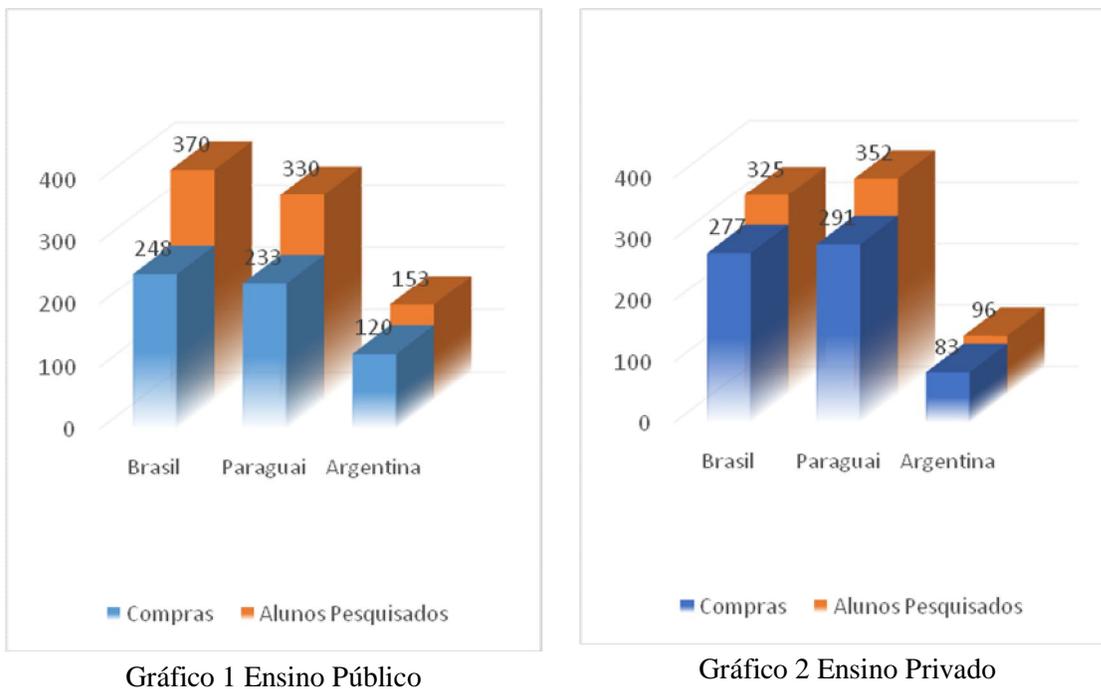
A representação do comércio de *commodities* pelo Paraguai (Foto 11) retrata a mobilidade do capital, e da integração iniciada no governo de Stroessner. Produzir para comercializar internacionalmente grãos e ocupar um lugar de destaque nessa atividade faz parte das relações econômicas e comerciais na política com o Brasil. São ações estabelecidas no tratado

⁸Termo utilizado na região para as pessoas que fazem compra no Paraguai.

assinado entre os dois governos militares do Paraguai e do Brasil na década de 1960 e ratificadas pelo bloco econômico Mercosul a partir de sua vigência.

A Foto 12 consiste numa representação que pode estar ligada a compras locais de produtos para o consumo da família por moradores das cidades vizinhas e que aproveitam o câmbio favorável à sua moeda. Nessa imagem encontram-se três veículos, dos quais, o que se localiza à esquerda da imagem possui placa paraguaia, o que está no centro, próximo à árvore, apresenta placa argentina e o que está à direita da imagem possui placa brasileira. Aí ocorre, então, de acordo com Bento, uma “Integração utilitária, caracterizada pela negociação cotidiana de interesses que ocorre em tal área urbana fronteiriça de integração cotidiana permanente” (BENTO, 2012, p. 21). Os alunos do ensino médio das três cidades indicaram a presença dessa integração utilitária cotidiana permanente (Figura 5).

Figura 5: Realização de compras em outro país



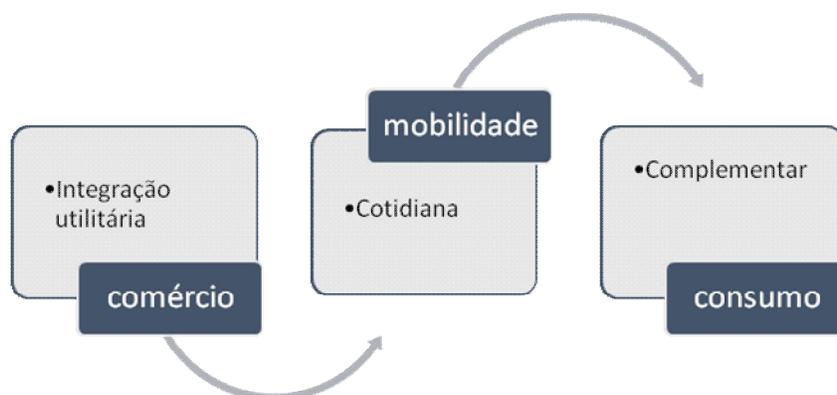
Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2016

A micromobilidade física do consumo⁹, pelos familiares dos alunos do ensino médio, presente na integração cotidiana permanente, entre os três países, é marcada pelas dissimetrias existentes entre esses países e, nesse caso específico, entre as cidades. A Figura 5 mostra que a cidade que *não* se encontra tão aberta ao capital, cujas fronteiras são mais vigiadas, nela a mobilidade para o consumo é mais intensa, como é o caso da cidade de Puerto Iguazú/Argentina.

Para os moradores locais, a disponibilidade de produtos na cidade vizinha que não são ofertados pelo comércio da cidade onde moram faz com que se utilizem desses espaços como relações de complementaridades. Puerto Iguazú se destaca por comercializar produtos ligados à gastronomia, entre eles queijos de diferentes preparos, azeitonas, salames, azeite de oliva, vinhos de inúmeras marcas e sabores e o cassino, que é um atrativo tanto para paraguaios quanto para brasileiros. Em Ciudad del Este, brasileiros e argentinos buscam por produtos eletroeletrônicos, perfumes, entre tantos outros produtos, como peças de carros e pneus. Em Foz do Iguaçu, ali argentinos e paraguaios buscam adquirir produtos de supermercados, roupas e produtos de limpeza, entre outros.

Considera-se na Tríplice Fronteira a mobilidade humana para o comércio e consumo como deslocamento horizontal, para o comércio pela modalidade de integração utilitária e o consumo de forma complementar, uma mobilidade que, embora seja entre países, portanto internacional, ao apresentar-se de forma cotidiana, passa a ser entendida como micromobilidade física.

⁹A mobilidade do consumo é discutida por Márcio Roberto Ghizzo em sua tese de doutorado intitulada "A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá/PR", defendida em 2012.

Figura 6: Mobilidade para a prática do comércio e o consumo

Fonte: Os autores

No processo de comércio e do consumo, essa mobilidade (Figura 6) se encontra inserida em uma dinâmica complexa. É mobilidade que envolve o deslocamento de capitalistas em todas as ordens (financistas, comerciantes, proprietários, rentistas, fabricantes, representantes do Estado), da força de trabalho formal e informal, e de consumidores, num fluxo contínuo de pessoas de diferentes partes do mundo, com formação escolar diversificada, de diferentes religiões e etnias, pertencentes a ideologias políticas distintas, mas todos tendo em comum suprir uma necessidade criada no mundo capitalista, que é consumir além das necessidades físicas necessárias.

4 A MICROMOBILIDADE FÍSICA PARA A PRÁTICA RELIGIOSA

Uma característica marcante da mobilidade existente nessas fronteiras é a presença de coletividades estrangeiras aos três países que marcam os núcleos urbanos com suas especificidades.

Para Beliveau, Montenegro e Setton (2005), determinados grupos religiosos, ao utilizarem seu idioma nacional nos rituais de prática religiosa, estabelecem uma fronteira à integração com outros grupos religiosos da mesma denominação. A falta de identificação constitui-se em outra fronteira, e assim expressam essas autoras:

Para llegar al templo budista de la ciudad hay que conocerlo: no está señalado en español, en portugués ni en guaraní, y se ubica en el interior de un centro comercial. El sheikshiita, responsable de la Mezquita Profeta Muhammad, no habla español ni portugués, y no hay líderes musulmanes de alto rango que se comuniquen en los idiomas locales. (BELIVEAU; MONTENEGRO; SETTON, 2005, p. 184).

A citação anterior revela uma fronteira cultural criada pela comunicação. Demonstra haver uma barreira à integração desses fiéis com outros grupos locais afetos a essa religião, ou com possibilidades de dela fazerem parte. Isso ocorre tanto pelo fato de os líderes não se comunicarem nos idiomas locais, o guarani, o castelhano, o português e o espanhol, quanto pela falta de divulgação desse centro religioso, pois ele se encontra "oculto" entre os estabelecimentos comerciais de Ciudad del Este, e não há indicação de sua existência em idioma local.

A Igreja Presbiteriana Oriental localiza-se em Ciudad del Este (Fotografia 13). O Templo Budista (Foto 14) encontra-se na cidade de Foz do Iguaçu, construído por comunidades chinesas da Tríplice Fronteira. A Mesquita Muçulmana (Foto 15) também em Foz do Iguaçu e, recentemente inaugurado, há um Templo em Ciudad del Este e igrejas católicas aqui representadas pela Catedral Virgen del Carmen (Foto 16), em Puerto Iguazú. Além das igrejas (Figura 7), há lojas de artigos religiosos ligados ao espiritismo, a religiões africanas, ao catolicismo, a igrejas evangélicas, entre outros, todos também marcando a paisagem da Tríplice Fronteira. As imagens trazem consigo seus referentes, a pluralidade cultural da Tríplice Fronteira (Figura 7).

Figura 7: Alguns Templos¹⁰ Religiosos na Tríplice Fronteira

Foto 13 Igreja Presbiteriana Oriental



Foto 14 Templo Budista



Foto 15 Mesquita Muçulmana



Foto 16 Igreja Católica

Fonte: Acervo próprio dos autores

O Estado argentino, ao exercer certo controle, pela Constituição¹¹ Federal, quanto a práticas religiosas, faz de Puerto Iguazú um espaço com maiores restrições para a ação de grupos

¹⁰Nas sociedades orientais, o templo recebeu uma nova valorização, pois ele passa a constituir uma reprodução terrestre de um arquétipo transcendente. O mundo, como obra dos deuses, é sagrado, mas a estrutura cosmológica do Templo permite uma nova valorização religiosa, pois ele representa e também contém a casa dos deuses, por isso eles gozam de uma existência espiritual, incorruptível, celeste. A Basílica e a catedral vão retomar esse conceito e prolongar todos esses simbolismos. (ELIADE, 1998).

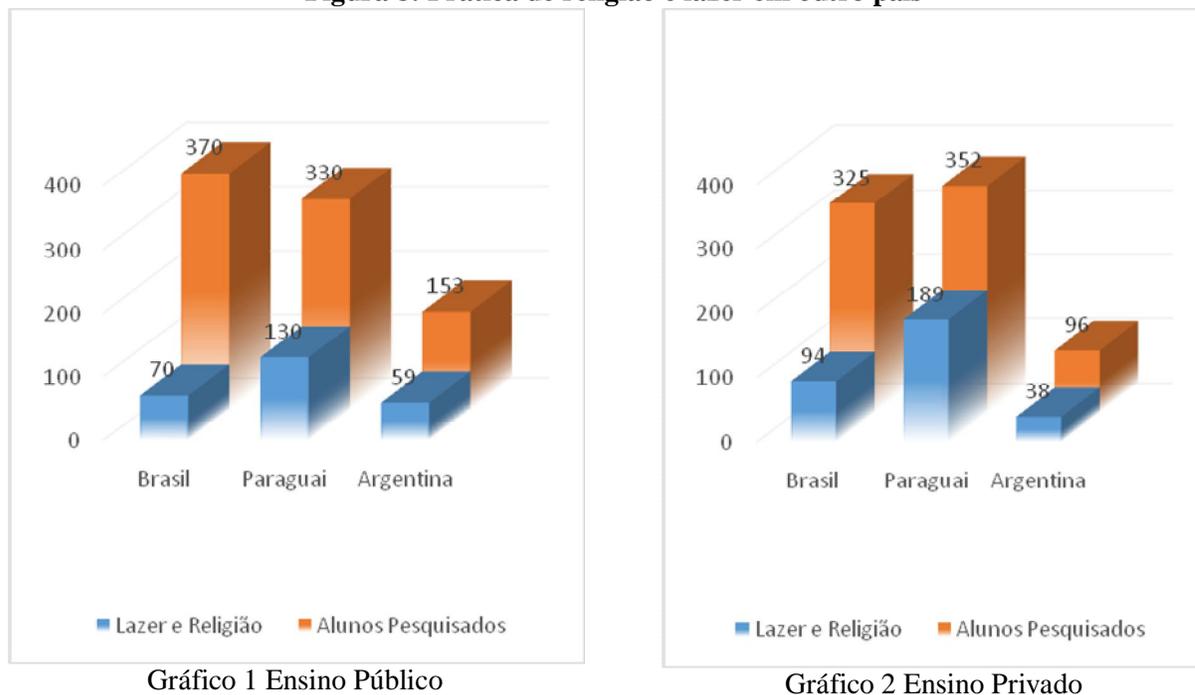
religiosos. Nessa cidade se observa, no centro, a presença da Igreja Católica e, nos bairros, configura-se também a presença de igrejas evangélicas.

Mesmo sendo comum que líderes religiosos passem os limites fronteiriços entre os países para exercerem seus ministérios, intensificando a mobilidade humana local, bem como moradores passarem as fronteiras para frequentarem igrejas no outro lado do limite da fronteira nacional, isso denota integração nessa prática, pois “[...] quanto maior for o contato com grupos que possuam hábitos, religião, percepções diferentes das suas, maior a tendência dos diferentes segmentos se reafirmarem como um grupo de pessoas que tenham características semelhantes” (ARRUDA, 2007, p. 45). Ao estarem localizados em apenas uma das três cidades fronteiriças, mesmo assim as práticas religiosas nesses templos produzem a mobilidade humana entre os três espaços, neste aspecto é que a integração ocorre.

De acordo com a Figura 8, há uma representatividade de mobilidade humana para a prática religiosa e lazer de forma mais intensa por familiares dos alunos que se utilizam do ensino privado e que residem em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

¹¹No Capítulo Primeiro, que trata das declarações, dos direitos e das garantias, seu artigo 2º, diz “*El Gobierno federal sostiene el culto católico, apostólico, romano*”.

Figura 8: Prática de religião e lazer em outro país



Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2016

Nessa prática (Figura 8), observa-se que o sujeito se mobiliza em busca de proximidade cultural, ou seja, ele procura afirmar suas características identitárias participando de grupos ou de ambientes com outros sujeitos com traços culturais semelhantes aos seus. Quando não é possível pelas características culturais da nacionalidade, então procura traços de fé, preferências por determinados ambientes e atividades para que possa compartilhar o que ele é com o outro que apresenta características semelhantes às suas.

Essa mobilidade humana, na qual os alunos do ensino médio e os seus familiares (Figura 8) estão inseridos, nesse caso *não* se trata de uma mobilidade forçada¹², mas é uma mobilidade humana presente no lugar, impulsionada pela fé religiosa, porém promovida pelo arranjo espacial existente em função da mobilidade do capital e trabalho, que, presentes nesse espaço, promoveram a mobilidade humana de pessoas com diferentes culturas. A globalização se

¹²Para Rocha (1998), essa ordem de mobilidade foi constituída a partir de uma ideia desenvolvida na década de 1970 por Gaudemar e centra sua análise no conceito de valor/trabalho, desenvolvido por Marx.

concretizano lugaronde se produz a vivência social dos seres humanos. Assim, homens e mulheres, ao se mobilizarem no espaço global, levam consigo sua cultura e, em coletividade, inserem os elementos dessa cultura no espaço local.

5 A MICROMOBILIDADE FÍSICA NA BUSCA POR SERVIÇOS DE SAÚDE

Outro setor que faz parte da integração cotidiana permanente, própria de espaços conurbados fronteiriços, é o da busca por serviços de saúde¹³ em outros países. Essa mobilidade entre países aponta as dissimetrias existentes entre esses espaços. Estudos sobre os indicadores sociais revelam grandes disparidades econômicas e sociais nos países do espaço do Mercosul (Mercado Comum do Sul), entre eles Brasil, Paraguai e Argentina.

Para vencer as disparidades entre esses países, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). O montante total anual da contribuição dos Estados Partes ao FOCEM será de cem milhões de dólares e será integrado conforme as seguintes porcentagens, que foram estabelecidas tendo em vista a média histórica do PIB do MERCOSUL: Argentina — 27%; Brasil — 70%; Paraguai — 1%; Uruguai — 2% (MERCOSUL, 2009, p. 13). Os indicadores econômicos e sociais demonstram “[...] que parte de sua população conseguiu superar a linha de pobreza” (MERCOSUL, 2011, p. 3-4), por investimentos em políticas públicas.

O Estado se utiliza das políticas públicas em busca de produzir mudanças significativas no território nacional, sendo que muitas delas são adotadas por “[...] imposição de uma política comandada pelas empresas” (SANTOS B., 2008, p. 15). Diante dessa imposição, o Estado então age pelo sistema de regulação social. Deixa de aplicar recursos que seriam destinados para os benefícios sociais aos cidadãos e os aplica em função do desenvolvimento de determinadas áreas para atender às empresas.

O Estado-providência, ou, o Estado social, responsável por investimentos nas áreas sociais, entre elas a saúde e a educação, responsável pela regulação ou emancipação social do

¹³ O objetivo deste trabalho não é discutir a saúde, mas perceber como ocorre a mobilidade na Tríplice Fronteira.

cidadão, decorre de um compromisso, como teorizado por Keynes¹⁴, entre o Estado, o capital e o trabalho. De acordo com Santos (2003), essa teoria defende que o capitalista renuncia a uma parte da sua autonomia e lucros e o trabalhador a uma parte das suas reivindicações. Essa dupla abdicção é conduzida pelo Estado. O Estado transforma os recursos financeiros provenientes da tributação do capital privado e dos produtos salariais em capital social.

Esse capital social tem por finalidade ser investido pelo poder público por meio de ações denominadas de políticas públicas. Santos (2003) explicita esses investimentos ao adotar os conceitos de investimento social e de consumo social. O investimento social é o conjunto das despesas em bens e serviços que aumentam a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a rentabilidade do capital — como autoestradas, aeroportos, eletricidade para a indústria, telecomunicações, formação profissional e investigação científica. O consumo social, por sua vez, consiste no conjunto das despesas em bens e serviços consumidos pelos trabalhadores gratuitamente ou a preços subsidiados, despesas que, por isso, fazem baixar o custo da reprodução da mão de obra, aliviando a pressão sobre o capital — educação, habitação, saúde, bolsas de estudo, entre outros bens e serviços (SANTOS, 1987).

As famílias que têm seus filhos matriculados em instituições públicas de ensino apresentam os seguintes índices de utilização dos serviços médicos e odontológicos: do Brasil 11%, do Paraguai são 29% e da Argentina 37% (Gráfico 1- Figura 9).

O segundo gráfico da Figura 9 demonstra que 12%, 27% e 59% das famílias brasileiras, paraguaias e argentinas, respectivamente, de alunos que frequentam o ensino privado do nível médio, provêm de famílias cujos familiares procuram serviços de saúde em outros países.

¹⁴John Maynard Keynes foi um economista britânico cujas ideias mudaram fundamentalmente a teoria e a prática da macroeconomia, bem como as políticas econômicas instituídas pelos governos.

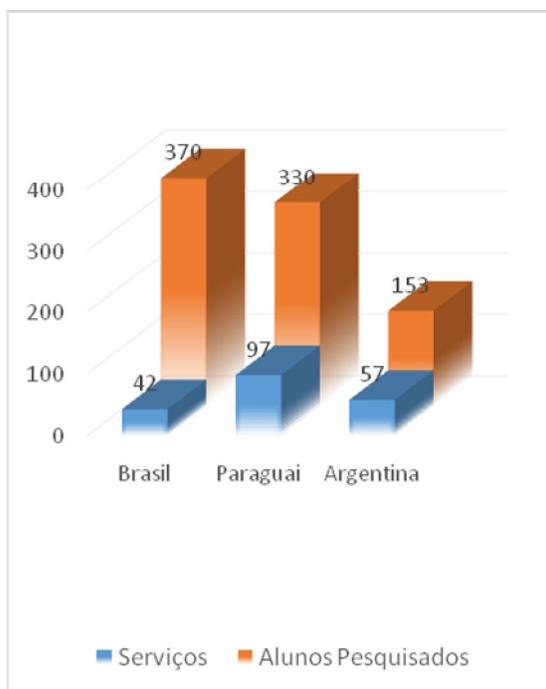
Figura 9 - Busca por serviços médicos e odontológicos em outros países

Gráfico 1 Ensino Público

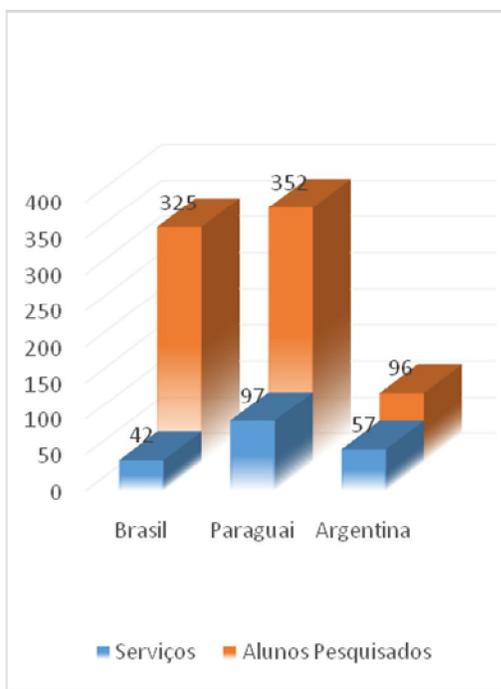


Gráfico 2 Ensino Privado

Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2016.

O número mais elevado de procura por serviços médicos e odontológicos, conforme a Figura 9, é de argentinos. Destaca-se que, no momento da pesquisa de campo quantitativa, vários alunos de escolas argentinas solicitaram indicação de profissionais da área odontológica no Brasil. De acordo com uma das professoras de Geografia das escolas secundárias de Puerto Iguazú, essa mobilidade de argentinos em direção a Foz do Iguazú é pelo fato de os serviços odontológicos apresentarem técnicas de tratamento mais avançadas e de o tratamento ser realizado em curto período de tempo. A população de baixa renda do Paraguai, no entanto, se

utiliza do serviço público de saúde no Brasil¹⁵, isso confirmado de acordo com relato de alunos durante o preenchimento do formulário da pesquisa quantitativa.

Essa relação vai apresentar suas consequências no espaço, promove um aumento de instalação de clínicas odontológicas no território de Foz do Iguaçu, que, de acordo com a alteração do câmbio, pode sofrer uma queda nos serviços. Quanto ao atendimento nos serviços públicos de saúde em Foz do Iguaçu, os recursos recebidos pelos municípios brasileiros são calculados de acordo com a população municipal local. Havendo essa sobrecarga de paraguaios, o atendimento se apresenta de maneira insatisfatória, conduzindo à precariedade dos serviços.

Em Puerto Iguazú, a inexistência de universidades remonta a dois processos de mobilidade: (i) o deslocamento em busca por atendimento de serviço especializado e (ii) o deslocamento de profissionais de outras províncias da Argentina para a cidade de Puerto Iguazú. Então, no espaço da Tríplice Fronteira, ao dispor de possibilidade em conseguir serviços na cidade vizinha, bloqueia o desenvolvimento desses serviços no local. Além desses fatores, há um outro, que é comum aos três países, que é a falta de investimentos em políticas públicas sociais, tanto na educação (em nível médio), quanto na saúde, dessas três cidades.

Nesse sentido, pode-se dizer que o espaço urbano da Tríplice Fronteira influencia o lugar ao envolver a ideia de uma edificação tecida por relações sociais que se concretizam em nível do vivido e promove uma rede de significados que incidem sobre as pessoas que ali habitam. São fatores que influenciam tanto a mobilidade, quanto a imobilidade.

Na área urbana da Tríplice Fronteira, se for feito um balanço de forma a equiparar os investimentos em políticas públicas destinadas a atender ao mercado e os investimentos concretizados em políticas sociais, o saldo apresentaria, para a área social, um déficit com inúmeras casas decimais. De acordo com Rancière (1996, p. 25), “[...] há uma conta malfeita nas partes do todo”.

Essa conta malfeita a que se refere Rancière(1996) encontra-se sob a responsabilidade do Estado. A ele cabe, pois, exercer o controle sobre as políticas públicas de regulação social¹⁶ e de emancipação social¹⁷ de forma a garantir os direitos humanos de seus cidadãos.

¹⁵Em 2011, Santa Terezinha de Itaipu, que é a unidade administrativa municipal mais próxima de Foz do Iguaçu, com uma população de aproximadamente 23 mil habitantes, havia, cadastrados no Sistema de Saúde, 43 mil usuários, de acordo com Alcides Formentin, técnico responsável pelo sistema de cadastro..

Ocorre, no entanto, que o processo de globalização, por apresentar-se de forma meramente econômica, tem conduzido o Estado a mudar o seu foco. À vista disso, o que decorre é um processo de desestabilização da sociedade que coloca o indivíduo em uma situação de vulnerabilidade, de incerteza e de precariedade. Isso revela a contradição entre o capital e o trabalho.

6 A MICROMOBILIDADE FÍSICA PARA O ESTUDO

O processo de integração regional considera a educação um dos pilares para a sua concretização. A educação adotada nos três países segue diretrizes do Setor Educacional do Mercosul — SEM. Atualmente o SEM se encontra relacionado: (i) à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos — CELAC; (ii) à Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL; (iii) ao Instituto de Avaliação e Acompanhamento das Metas Educacionais 2021 — IESME; (iv) ao Mercado Comum do Sul — MERCOSUL; (v) à Organização dos Estados Americanos — OEA; (vi) à Organização dos Estados Ibero-Americanos — OEI; (vii) à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO; (viii) ao Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina — SITEAL; (ix) à União Europeia — EU; e (x) à União de Nações Sul-Americanas — UNASUL.

Dessa forma, entende-se que o papel da escola secundária na formação do indivíduo fronteiriço da Tríplice Fronteira, ao adotar as mesmas orientações dos organismos internacionais, se volta a atender a política educacional direcionada para a homogeneização do espaço. Evidencia-se que o processo educativo, há várias décadas, se realiza para atender às mudanças que ocorrem nas relações sociais produtivas.

¹⁶Se associa às regulamentações que limitam a prática de políticas sociais destinadas a indivíduos que pertencem a grupos igualitários que apresentam necessidade de minimizar carências e de prover o exercício de direitos sociais (saúde, educação, previdência e assistência, habitação).

¹⁷ Aquelas que se dirigem ao empoderamento e à autonomização dos grupos sociais inicialmente vulneráveis de modo a promover sua independência frente à ação do Estado (reforma agrária, qualificação profissional...).

Ao considerar a competitividade, a reestruturação produtiva e a empregabilidade, é certo que o fazer pedagógico da escola se afasta da cultura construída historicamente. Nesse sentido, quando o homem perde as suas raízes identitárias pelo processo de mobilidade, pela formação educacional que o leva a desconhecer o processo político econômico em que está inserido, não há resistência, há dominação.

Identificam-se, no conjunto de alunos em mobilidade, dois grupos que se encontram em situação de *micromobilidade física cotidiana utilitária permanente e complementar* para o estudo. Foz do Iguaçu, nesse contexto, exerce certa polaridade sobre Ciudad del Este. Esses alunos se deslocam no sentido Paraguai-Brasil.

Um dos grupos se desloca diariamente de Ciudad del Este/Paraguai com destino a Foz do Iguaçu/Brasil. A maioria deles são filhos de comerciantes do centro comercial da primeira cidade, deslocam-se para estudarem em uma escola particular em Foz do Iguaçu com o intuito de se prepararem para ingressar nas melhores universidades do Brasil.

Outro grupo se desloca semanalmente e permanece na instituição de ensino pública em regime de internato. São alunos que residem em diferentes municípios de Alto Paraná-Paraguay. Esses estudantes cursam o Técnico em Agropecuária e almejam, em sua maioria, dar continuidade aos estudos em instituição superior privada no Paraguai e inserir-se, tão logo conclua o curso técnico, no mercado de trabalho em seus municípios de residência. Esses alunos buscam o direito de se tornarem emancipados pelo exercício do trabalho após concluírem o Ensino Médio. Os dois grupos de alunos mencionados fazem parte do conjunto de 1626 alunos pesquisados, e estão entre os 178 deles que se encontram na condição de alunos em mobilidade entre fronteiras internacionais. Isso equivale a 10,94% desse total, expresso nos Gráficos 1 e 2 da Figura 10.

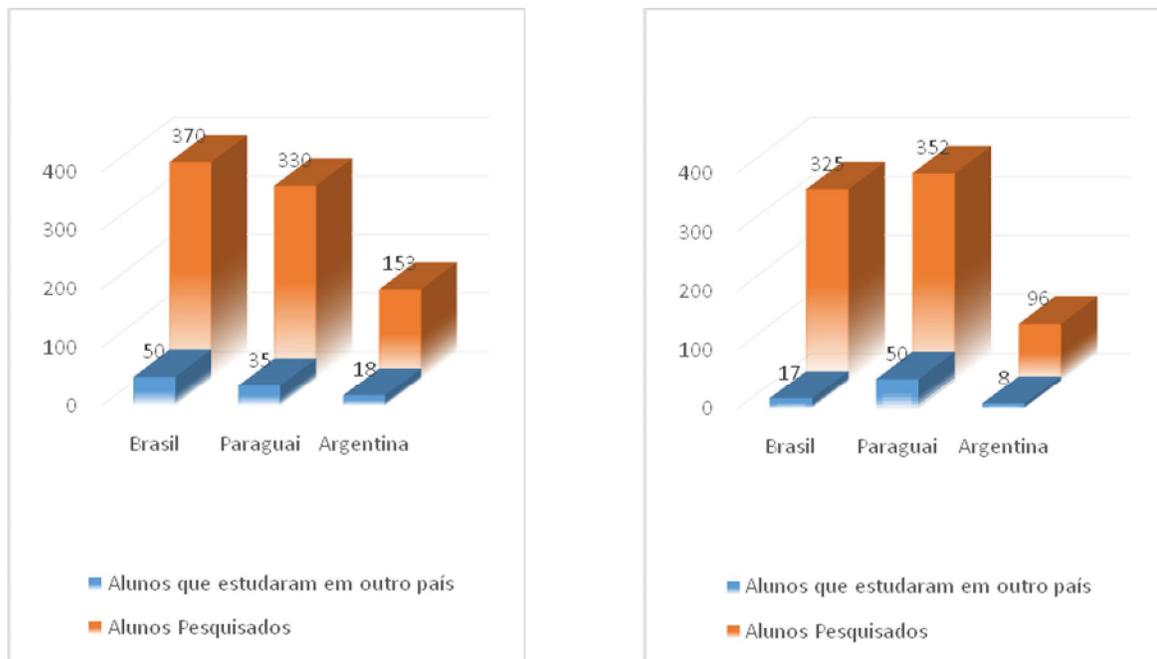
Figura 10: A Mobilidade dos estudantes na Tríplice Fronteiras

Gráfico 1 Ensino Público

Gráfico 2 Ensino Privado

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2016

Ao conceber que a mobilidade dos alunos que cursam o Ensino Médio na Tríplice Fronteira (Puerto Iguazú, Ciudad del Este e Foz do Iguazú), representada nos gráficos da Figura 10, tem a sua formação vinculada ao capital, compreende-se que, pelas ações do Estado e da Sociedade Civil, os cidadãos se tornam estratégias do capital pela força do trabalho e do consumo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1990, o cenário internacional pareceu favorável à adoção de esquemas mais cooperativos e institucionalizados nas relações internacionais. Nesse contexto, a partir dessa época as cidades da Tríplice Fronteira (Foz do Iguazú, Puerto Iguazú e Ciudad del Este) passaram a conviver, então, com um discurso integracionista — discurso esse proferido pelos poderes administrativos em suas diversas escalas e nos distintos países.

Nessa década, ao ser ampliado o papel dos organismos internacionais como a ONU e ao ocorrer a formação dos blocos econômicos, entre eles o Mercosul, a mobilidade humana centrada no trabalho se fez presente nesse espaço em função da dinâmica do mercado internacional marcada pelas atividades econômicas desenvolvidas nos territórios iniciadas na década de 1970.

Assim, por meio dos apontamentos dos alunos e pelas imagens captadas nas ruas da Tríplice Fronteira, identifica-se, nesse espaço, conforme Bento (2012), uma integração utilitária por meio da mobilidade cotidiana. Trata-se de uma integração utilitária com um viés de complementariedade, seja na mobilidade para a busca de produtos para o consumo doméstico, seja na prática religiosa, seja na busca por serviços médicos/odontológicos ou, ainda, para o estudo. Nesse caso, quando o morador não encontra em sua cidade determinado produto ou serviço, ele pode se deslocar até a cidade vizinha e adquiri-lo — fato que pode ocorrer mesmo quando essa cidade se localiza em outro país, como é o caso da Tríplice Fronteira.

Essa integração utilitária complementar de negociação cotidiana permanente pode ser caracterizada como um elemento impulsionador da micromobilidade física cotidiana. Considera-se, então, essa mobilidade humana na ordem da *micromobilidade física de negociação cotidiana* com finalidade *utilitária* caracterizada pela *complementariedade* de caráter *permanente*. Trata-se de uma mobilidade praticada pelo fronteiriço ao se deslocar entre as fronteiras internacionais (BR, PY e AR) na busca por satisfazer suas necessidades.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Aline Maria Thomé. Diferenciação e estereotipificação: libaneses na fronteira Brasil-Paraguai. **Univ. Rel. Int.**, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 43-65, jan./dez. 2007.

BELIVEAU, Verónica Giménez; MONTENEGRO, Silvia; SETTON, Damián. El campo religioso en la Triple Frontera: entre el arraigo nacional, los anclajes étnicos y los movimientos transfronterizos. **Revista de la Escuela de Antropología**, n. 10, p. 179-192, 2005.

BENTO, Fábio Régio. **Fronteiras em movimento**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. Trad. Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Anneblume, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana; AZEVEDO, Paulo; CARDIN, Eric Gustavo. A Tríplice Fronteira Internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina: contexto histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais. **Revista Perspectiva Geográfica**, Francisco Beltrão, v. 8, n. 9, 2013.

MACHADO, Rosana Pinheiro. Uma ou duas Chinas? A “questão de Taiwan” sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este, Paraguai). **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 468-489, 2010.

MERCOSUL. **Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul: 2011- 2015**. 1 sem. 2011. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/component/jdownloads/finish /7/413.html>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

PATARRA, Neide Lopes; SILVA, Angélica de Faria; GUEDES, Moema de Castro. Direitos humanos: idéias, conceitos e indicadores. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 249-255, jun. 2004.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este**: vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades urbanas**: um olhar para o Norte Central Paranaense. 1998. Tese (Doutorado de Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado, a sociedade e as políticas sociais: o caso das políticas de saúde. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 23, set. 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

STEDILE, João Pedro. As transformações recentes. In: OLIVEIRA, Francisco de; STEDILE, João Pedro; GENOINO, José. **Socialismo em discussão**: classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

URIARTE, Oscar Ermida. Derecho a migrar y derecho al trabajo. In: MERCOSUL. **Las migraciones humanas en el Mercosur**: una mirada desde los derechos humanos. Compilación normativa. Montevideo: Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el Mercosur, 2009.